

**FACULDADE SÃO JUDAS TADEU
CURSO DE PEDAGOGIA**

PAULLA CORRÊA CARDOSO

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DO SUJEITO INTEGRAL

**Rio de Janeiro
2016.1**

**FACULDADE SÃO JUDAS TADEU
CURSO DE PEDAGOGIA**

PAULLA CORRÊA CARDOSO

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DO SUJEITO INTEGRAL

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade São Judas Tadeu como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da professora Cristiane Bomfim Cruz do Nascimento.

**Rio de Janeiro
2016.1**

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULLA CORRÊA CARDOSO

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DO SUJEITO INTEGRAL

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade São Judas Tadeu como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, aprovado pela seguinte banca examinadora:

Orientadora Professora Me. Cristiane Bomfim Cruz do Nascimento
Faculdade São Judas Tadeu

Professora Me. Ana Cecília Machado Dias
Faculdade São Judas Tadeu

Professora Especialista Márcia Regina Fernandes Ribeiro
Faculdade São Judas Tadeu

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 2016.

RESUMO

Este artigo tem como tema de estudo a Educação Infantil na Formação do Sujeito Integral, tendo por objetivo geral discutir a relação entre a Educação Infantil e a formação do sujeito integral. A questão que conduz a pesquisa é: A formação do sujeito seria a mesma sem a Educação Infantil? Visando alcançar este propósito considerou-se importante apresentar a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e uma conquista para as crianças; apontar a relação entre educar e cuidar neste novo contexto, evidenciando o brincar como conteúdo pedagógico desta fase da escolaridade; destacar a construção do sujeito integral como meta da Educação Infantil. O percurso teórico deste artigo passará por Celso Antunes, Sônia Kramer, Rita Frangella, Ivone Martins de Oliveira e Tizuko Morchida Kishimoto, autores que tratam de maneira simples e esclarecedora, os assuntos abordados no presente estudo. A pesquisa tem um caráter bibliográfico buscando o entrelaçamento com a prática a partir do relato de algumas situações do cotidiano infantil e de alguns depoimentos sobre esta etapa da educação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação do Sujeito. Educar. Cuidar. Brincar.

ABSTRACT

This article has as subject of study in childhood education in the formation of the subject in full, with the aim of discussing the relationship between early childhood education and the formation of the subject in full. The question that leads the research is: the formation of the subject would be the same without the Child Education? In order to achieve this purpose we consider it important to present in Childhood Education as the first step in basic education and an achievement for children; pointing out the relationship between education and care in this new context, highlighting the play as teaching content of this phase of education; Highlight the construction of the subject integral as goal of Early Childhood Education. The route of this theoretical article will be by Celso Antunes, Sônia Kramer, Rita Frangella, Ivone Martins de Oliveira and Tizuko Morchida Kishimoto, Authors who treat simple and enlightening, the issues addressed in the present study. The survey has a character of literature searching the entanglement with the practice from the report of some everyday situations and some testimonies about this step of education.

Keywords: Early Childhood Education. Formation of the subject. Educate. Take care. Play.

INTRODUÇÃO

Após um longo período trabalhando na área da Educação Infantil, pude perceber a importância que ela tem nessa fase de formação das crianças. A partir disso, comecei a observar a diferença entre as crianças que já tiveram a oportunidade de passar pela Educação Infantil e as que não tiveram. Independência, desenvoltura e bom relacionamento em grupo são alguns exemplos de benefícios adquiridos a partir da Educação Infantil. Crianças que ainda não tiveram oportunidade de passar por esta etapa da educação, geralmente são mais dependentes, tímidas e individualistas. Com isso, surgiu o meu interesse em aprofundar mais sobre o tema.

Trabalho em uma escola de Educação Infantil, da rede particular na zona norte do Rio de Janeiro, na qual lido com crianças de 1 a 3 anos de idade. Diariamente observo seus comportamentos e através deles tenho percebido a importância de trabalhar com valores e responsabilidades já nessa idade.

Evento 1:

Certo dia, subindo as escadas com a turma, uma das crianças empurrou o colega para poder passar a frente dele. Prontamente chamei sua atenção dizendo que não pode ser feito dessa maneira, pois cada um tem a sua vez e precisamos respeitar isso.

Aparentemente, tal fato parece ser algo tão pequeno e sem importância, mas com certeza essa criança vai levar essa experiência para sua vida em sociedade, pois quando estiver em uma fila de banco ou de mercado, por exemplo, saberá que cada um tem que esperar a sua vez, e que não vai poder simplesmente empurrar quem está na frente para que chegue logo sua vez.

É muito interessante trabalhar com crianças dessa idade, pois percebemos que desde muito pequenos, assim como alguns adultos, não tem muita paciência para esperar, são ansiosos e querem sempre que os seus pedidos sejam resolvidos primeiro que os dos outros, porém, diferentemente dos adultos, as crianças nessa fase tem uma grande capacidade de interagir com seu entorno.

Com isso surge a seguinte reflexão: a formação do sujeito seria a mesma sem a Educação Infantil? Esta será a questão que conduzirá a pesquisa realizada neste trabalho. Temos como hipótese que as primeiras experiências do sujeito, ainda na primeira infância, são as que marcam mais profundamente e, quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, de solidariedade e de responsabilidade. Portanto,

sim, esta é uma fase da educação que é muito importante para a formação do sujeito, até mesmo na formação de seu caráter.

Como objetivo geral tem-se como propósito discutir a relação entre a Educação Infantil e a formação do sujeito integral. Para tanto, como objetivos específicos foram traçados: apresentar a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, uma conquista para as crianças; apontar a relação entre educar e cuidar neste novo contexto, evidenciando o brincar como conteúdo pedagógico desta fase da escolaridade; destacar a construção do sujeito integral como meta da Educação Infantil.

A partir da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), lei nº 9.394, de 1996, o trabalho da Educação Infantil tem como referência a própria criança dando ênfase às propostas pedagógicas que integrem os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais delas. Antunes (2004) confirma esta ideia ao afirmar que, se a ciência mostra que o período que vai da gestação até o sexto ano de vida é o mais importante na organização das bases para as competências e habilidades desenvolvidas ao longo da existência humana, prova-se que a etapa educacional referente a essa faixa etária é imprescindível para o desenvolvimento humano.

Durante muito tempo era comum que as crianças só passassem a frequentar a escola a partir dos 7 anos de idade, ou seja, não viviam este período de excelência para o aprendizado dentro da escolaridade. A priori, a partir da experiência prática com o grupamento da Educação Infantil, é possível ressaltar alguns benefícios fornecidos por esta a formação de cidadãos reflexivos e críticos, através da:

- **Brincadeira** – considerando que o brincar exige participação, sendo uma forma de desenvolver a capacidade de manter-se ativo e participante. Com isso, a criança cria e/ou reproduz situações cotidianas que colaboram na construção de sua identidade, da imagem de si mesmo e do mundo que a cerca;
- **Autonomia** – Em um processo contínuo, a criança é incentivada a cuidar do próprio corpo, a colaborar na arrumação da sala, à boa alimentação, à responsabilidade, entre outros;
- **Psicomotricidade** – O movimento é muito importante, pois será através dele que a criança poderá experimentar o mundo, construindo uma atuação que lhe permita desenvolver-se plenamente em seus aspectos motores, cognitivos e afetivos, conquistando segurança para atuar no meio ambiente.

- **Arte** – As experiências com música e artes plásticas são importantes já que exercem forte influência no desenvolvimento da criatividade e da imaginação, além de ser um meio pelo qual as crianças podem se expressar.

Portanto, este estudo parte do princípio de que é na etapa da Educação Infantil que as crianças têm suas primeiras experiências, onde construirão conceitos, bases e suas identidades, crescendo como cidadãos cujos direitos à infância já são reconhecidos.

Neste artigo foram usados como referência os autores Celso Antunes, Sônia Kramer, Rita Frangella, Ivone Martins de Oliveira e Tizuko Morchida Kishimoto, autores que tratam de maneira simples e esclarecedora, os assuntos abordados no presente estudo. A pesquisa tem um caráter bibliográfico buscando o entrelaçamento com a prática a partir do relato de algumas situações do cotidiano infantil e de alguns depoimentos sobre esta etapa da educação, os nomes utilizados serão fictícios.

I. EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONQUISTA

No Brasil, a Educação Infantil, não é novidade, surgiu no final do século XIX, através do assistencialismo oferecido a crianças de 0 a 5 anos, tendo como inspiração trabalhos semelhantes realizados nos países da Europa Ocidental. As instituições intituladas como creches visavam à alimentação, saúde, cuidado físico, comportamentos sociais e o auxílio aos hábitos de higiene, por muitas vezes também davam assistência às famílias dessas crianças.

No século XX surgiram dois modelos de infância. O primeiro oriundo da abolição da escravidão, que gerou negros livres que não tinham trabalho ou moradia adequada. A criança negra, de família desestruturada ou pobre, desnutrida, que podia fazer parte da estatística de mortalidade infantil, era considerada: o “menor”, e se, caso sobrevivesse, se tornaria um risco para a sociedade. O segundo modelo que seria: a “criança” tinha como características: ser branca, bem nutrida, de família de classe elevada e essa criança tinha um futuro promissor.

Esses modelos, de profunda conotação ideológica, não foram inventados no Brasil, pois, com algumas variações, preexistiram na Europa, mas aqui encontraram as condições para implantar-se e inspirar sentimentos e atitudes das elites intelectuais, profissionais e políticas em relação à infância. Quando os ventos das “novas” ideias começaram a ter outra procedência, na década de 1970 – agora, dos Estados Unidos –, com os conceitos ideologizados da privação cultural e os programas compensatórios, aquela visão dicotômica ganhou novo impulso. Ela só se rompeu com os debates sobre a criança brasileira e seus direitos no período de elaboração da nova Constituição

Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos entre 1986 e 1990. (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 18)

Com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, em 1919 foi criado o Departamento da Criança no Brasil. Ele tinha diferentes funções, dentre elas fomentar iniciativas de suporte à criança e à mulher grávida pobre, a aplicação das leis de amparo à criança, além de articular iniciativas que levassem ao desenvolvimento infantil.

Durante o Estado Novo, foi instituído o primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência no Brasil, o Departamento Nacional da Criança. Este Departamento foi criado com objetivo de dar assistência às mães e as crianças.

Art. 1º - Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. (BRASIL/DECRETO-LEI Nº 2.024, 1940).

Mais tarde foi criado o Plano de Assistência ao Pré-Escolar, lançado em 1967, para atender as crianças de até 2 anos, incluindo a criação de escolas maternais e jardins de infância como instituições que auxiliassem as famílias na criação de seus filhos. Esse plano tinha como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, favorecendo a formação de hábitos sadios e que estimulassem a capacidade de adaptação progressiva ao meio social. É nesse período que o Ministério da Educação passa a se ocupar da educação pré-escolar. As escolas de Educação Infantil que anteriormente eram chamadas de creches e pré-escolas, consolidaram-se e expandiram-se no Brasil a partir dos anos 70.

Em 1998, foi elaborado pelo Ministério da Educação o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), que é um documento dividido em três volumes, com o objetivo de “[...] contribuir com as políticas de Educação Infantil, socializando informações discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicas, professores e demais profissionais da educação infantil.” (BRASIL/RCNEI, 1998, p.14).

Em 2010, sai a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), com a finalidade de estabelecer diretrizes a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

A partir da aprovação de políticas públicas para este nível de ensino, observa-se uma grande expansão no número de matrículas neste nível de ensino, como mostram os dados do INEP, que entre os anos de 2011 e 2012, houve um aumento de 10,5%.

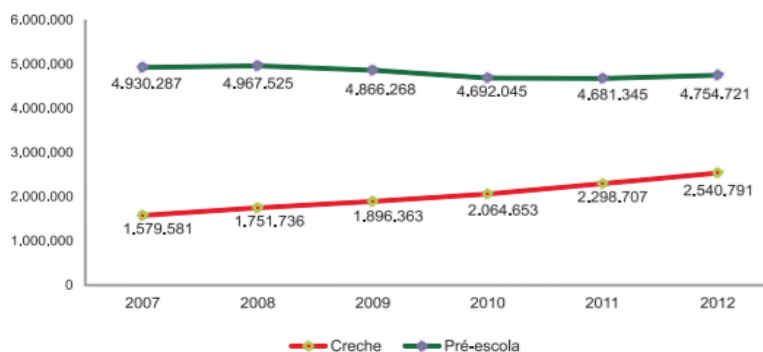


Gráfico 5 - Ensino Regular - Evolução do Número de Matrículas na Educação Infantil - Brasil - 2007-2012

FONTE - Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso em: 25 maio 2016

Art. 208¹. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

[...]

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

(BRASIL/ NOVA LDB, 1996, redação original)

Com isso, podemos perceber a evolução que a Educação Infantil teve ao longo do tempo, pois as primeiras escolas tinham caráter unicamente assistencialista. Hoje, após uma gradativa mudança no pensamento acerca da importância da Educação Infantil no cotidiano de uma criança, ela passa a ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade, considerando que a partir desta idade a criança tem seu primeiro contato, obrigatório, com a escola.

¹ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

[...]

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Inicialmente, a Educação Infantil era tida como um apoio para as famílias na criação dos filhos, onde as crianças frequentavam a escola apenas para passar o tempo. No decorrer dos últimos 20 anos, ela vem ganhando terreno e obtendo um papel muito importante, tendo como função estimular o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos, auxiliando no seu aprendizado e contribuindo para que seja um sujeito autônomo, assim como também, desenvolvendo suas capacidades afetivas, motoras e sociais.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL/NOVA LDB, 1996).

Sendo a Educação Infantil considerada a primeira etapa da Educação Básica, e tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, alguns princípios devem embasar a construção do exercício da cidadania, considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos, assim como a qualidade das experiências oferecidas.

O ser humano é um ser em movimento, em permanente construção de si mesmo. Durante toda a vida ele está sempre se constituindo em um processo pelo qual transforma a natureza, suas condições de vida e, conseqüentemente, cria e recria a si mesmo e a sua espécie. O sujeito vai se constituindo, se criando e sendo criado como igual e diferente de si e dos outros a cada dia.

A vida adulta poderia ser, em termos de construção do sujeito, a fase em que este possuiria todas as suas capacidades individuais desenvolvidas e a possibilidade de exercê-las em sua plenitude. Nesta fase, o indivíduo, ao menos em tese, estaria pronto para assumir plena e integralmente a sua condição de sujeito. Entretanto, o exercício da cidadania é uma construção que não termina, nós estamos sempre nos reconstruindo enquanto sujeitos.

Evento 2:

Clara (3 anos) e sua mãe estão andando num bairro movimentado do Rio de Janeiro. É época de eleição:

Clara: - Mamãe, por que você jogou o papel no chão?

Mãe: - Ah, é só um panfleto filha, veja tem muitos no chão.

Clara: - Não pode mamãe! Jogar papel na rua é muito feio, vamos jogar no lixo.

Clara pegou o papel do chão e ficou segurando até encontrarem uma lata de lixo.

Este evento exemplifica a importância de se trabalhar o conceito de cidadania com as crianças desde sua primeira infância, pois nesta fase já compreendem e estão construindo a

autonomia. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seus artigos 4º e 6º fala sobre esse assunto de maneira clara.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) é afirmado que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Sônia Kramer (2006) ratifica esta ideia a partir da concepção de infância sociointeracionista, ao considerar que as crianças são seres sociais, que tem uma história e que pertencem a um contexto social. Essa visão de quem são as crianças – cidadãos de pouca idade, sujeitos sociais e históricos, criadores de cultura – é condição para que se atue no sentido de favorecer seu crescimento e constituição, buscando alternativas para as práticas pedagógicas na Educação Infantil que reconheçam o saber das crianças, construído no seu meio sócio-cultural de origem, e ofereçam atividades significativas, onde adultos e crianças tenham experiências culturais diversas, em diferentes espaços de socialização, de forma a ampliar o conhecimento.

De acordo com a Nova LDB 9394/96, em seu Art. 29º, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A infância é a fase da vida que estabelece as bases do desenvolvimento do homem. Da condição inicial de um ser totalmente dependente dos cuidados do adulto, a criança passa por uma transformação, construindo os processos que estarão permanentemente presentes em sua história.

Kramer, já diz em 1999, que é necessário entender que as crianças tem um olhar crítico, mas isso requer que se conheçam essas crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam.

Para a Educação Infantil desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social é preciso que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como cidadã criadora de cultura, o que tem implicações profundas para o trabalho em creches, pré-escolas e outros espaços, de caráter científico, artístico ou cultural, já que as crianças se sentem irresistivelmente atraídas pelos destroços que surgem da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou marceneiro.

Nestes restos que sobram elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e só para elas. (KRAMER, 1999, p.2)

Para a autora, as crianças precisam criar, construir e desconstruir, precisam de espaços de arte, história e cultura, pois se as crianças são cidadãs e a Educação Infantil é seu direito, não destinar recursos suficientes para esta etapa da educação, é abrir mão de concretizá-las; é negar esse direito às populações infantis.

Uma Educação Infantil de qualidade vivenciada pelas crianças e devidamente adequada ao desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional pode trazer construções significativas. Celso Antunes (2004) acredita que os espaços educacionais devem ser organizados de forma inovadora, estimulando as capacidades, competências, habilidades e inteligência das crianças, além de representar um ambiente responsável pelo enriquecimento cerebral. Para ele, a aprendizagem somente ganha validade se é exercitada em uma ação continuada e exercida com entusiasmo pelo que se faz e a quem se faz.

De acordo com RCNEI (1998), as escolas de Educação Infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais desafiador for esse ambiente, ou seja, um ambiente que estimule as crianças a superar seus limites, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmas, dos outros e do meio em que vivem.

A Educação Infantil, atualmente, é vista como uma etapa onde são adotadas práticas que atendam às crianças pequenas (higiene e alimentação), fato que não se restringe a este aspecto. É necessário que as ações da Educação Infantil sejam voltadas também para os aspectos cognitivos e emocionais das crianças.

II. TEMPO DE EDUCAÇÃO E CUIDADO

Evento 3:

No horário do almoço, a nutricionista da creche, Flavia, acompanha as crianças do Maternal II, orientando-as nas escolhas dos alimentos e alertando-os quanto à quantidade que devem colocar no prato. Mara, professora da turma, diz:

- Isso é uma bobagem, eles não sabem escolher, só pegam o que gostam, nunca vão escolher as verduras e os legumes. Sem falar que sempre colocam muita quantidade no prato, que acaba indo para o lixo.

Flavia responde:

- É, veja o prato da Mônica... e o do Rafael...

Mônica, 4 anos, havia pedido para colocar brócolis, fato inédito e Rafael, também 4 anos, tinha acabado de comer e quase não deixou comida no prato,

aos poucos estava descobrindo a quantidade de comida que conseguia consumir.

Compreender a indissociabilidade entre Cuidar e Educar também é uma construção para os educadores, muitas vezes por conta da cobrança das coordenações e dos pais em trabalhar os conteúdos escolares, os educadores consideram perda de tempo o educar através do cuidar. Será justamente a importância deste trabalho que será abordado neste item.

A concepção assistencialista, ou seja, de que as creches tem a finalidade de fazer apenas os cuidados das crianças, foi herdada desde a metade do século XIX, com o surgimento das primeiras instituições de resguardo de crianças, como já foi citado anteriormente.

De acordo com o RCNEI (1998), no decorrer da história brasileira e, durante muito tempo, a abordagem assistencialista, com foco no cuidado, bem estar e higiene das crianças, constituíam as principais funções das Instituições Infantis no Brasil.

Tal ideia está tão arraigada na nossa sociedade que, ainda hoje em dia, para algumas pessoas, as creches são vistas dessa forma, porém esta é uma visão que precisa ser superada. A partir de tudo o que foi sinalizado neste artigo até o momento, a função da Educação Infantil não está somente no cuidado, sendo reservado ao Ensino Fundamental o desenvolvimento do trabalho formal.

Existe uma grande diferença entre o cuidar e o educar. O cuidado sozinho está associado aos procedimentos de limpeza, higiene, alimentação, repouso e sono. Já o educar está ligado ao fato de proporcionar à criança a oportunidade de desenvolver suas capacidades e habilidades, na maior parte das vezes cognitivas. Quando o educar e o cuidar trabalham em parceria, o resultado é muito mais expressivo. As crianças conseguem aprender de forma muito mais eficiente e construtiva. Por isso, educar e cuidar precisam caminhar juntos, pois não são polos opostos, mas sim complementares.

Desta forma, podemos ver que o educar e cuidar trabalhando em parceria como está escrito na Política Nacional de Educação Infantil, publicada em 2006, que define “A educação infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação.” (BRASIL/PNEI, 2006, p.17)

Segundo Kramer, nos anos de 1970, as políticas educacionais que eram voltadas às crianças de 0 à 6 anos visavam uma educação que compensasse as carências culturais, as deficiências linguísticas e as defasagens afetivas das crianças das camadas populares. Dentro do contexto da década de 1970, com o aumento do número de fábricas, iniciaram-se os movimentos de mulheres e os de luta por creche, resultando na necessidade de criar um lugar

para os filhos da massa operária, surgindo então as creches, com um foco totalmente assistencialista, visando apenas o “cuidar”.

Depois da Constituição Federal de 1988, do ECA (1990) e do RCNEI (1998), a Educação Infantil passou a ser vista com outros olhos, e passou a ter objetivos educacionais explícitos, com propostas pedagógicas, onde começaram a seguir parâmetros e normas, trabalhando em prol da educação, e do processo ensino-aprendizagem, possibilitando aos alunos o acesso ao conhecimento, e ao pleno desenvolvimento, deixando assim, de ter um cunho apenas assistencialista.

O questionamento e a busca de alternativas críticas têm significado, de um lado, o fortalecimento de uma visão das crianças como criadoras de cultura e produzidas na cultura; e de outro, tem subsidiado a concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do seu meio sociocultural de origem. (KRAMER, 2006, p. 4)

Considerar que a criança é sujeito do processo de aprendizagem e que traz conhecimento de fora da escola, muda toda a atuação dos educadores, que antes estavam preocupados apenas em transmitir conhecimentos e agora se preocupam em construí-los junto com as crianças, os agentes do processo. Nessa linha de pensamento, considerando que a Educação Infantil é fundamental para a construção do caráter do sujeito, Antunes (2004) afirma:

Se o adulto que a criança virá a ser um dia será simpático ou antipático, terá ou não muitas amizades e será esperto ou dinâmico, depende bem menos das faculdades mentais inatas e mais, muito mais, da maneira como através da educação, será transformado. (p.23)

Tal transformação não acontece de fora para dentro, mas num processo de interação entre o sujeito e o meio que o cerca. Ponderando que foi desde a Constituição Federal de 1988, que a criança passou a ter direito à educação de 0 à 6 anos, caracterizando a especificidade da infância, ou seja, desvinculando a ideia de que essa fase era apenas uma preparação para a vida adulta, torna-se a criança cidadã, sujeito de direitos.

Segundo Rita Frangella (2009), “[...] a infância enquanto foco da ação educacional pode ser vista na elaboração de políticas curriculares” (p.10). Com isso, a autora quer dizer que a educação não deve ser limitada à escolarização, mas deve haver a elaboração de políticas curriculares onde as crianças são sujeitos da cultura, e é exatamente isso que a institucionalização da infância determina, que as instituições de ensino não devem ser apenas um espaço para a escolarização, mas sim um lugar onde se aprenda cultura, vida, e educação, por isso, projetos educativos nesse espaço-tempo precisam ser criados. Objetivos,

desenvolvimento e conhecimento devem estar englobados. Rita Frangella (2009) ainda diz mais:

A ênfase no caráter pedagógico da Educação Infantil se materializa principalmente no embate cuidar/educar, ainda tão forte nas discussões no campo, é enfrentado de forma a superar a fronteira até então tão rígida, de que a pré-escola e a creche cuidam e a escola é que desenvolve o trabalho formal visando o desenvolvimento da criança a partir de uma perspectiva que enfatiza a ação da criança, sua condição de sujeito em interação com o seu tempo e espaço (p.8).

A Educação Infantil precisa ser assumida como espaço onde se desenvolvem relações educativas, porém, sem separar estas dos cuidados. O educador não pode trabalhar somente com o intelectual da criança, mas, em todo momento deve sentir e proporcionar às crianças momentos que lhes façam crescer, refletir e tomar decisões direcionadas ao aprendizado com coerência. Por isso é necessário associar o educar e o cuidar às ações pedagógicas.

Tendo em vista as transformações ocorridas nas últimas décadas no que se refere às concepções de criança e de infância, associadas a avanços nos estudos sobre o desenvolvimento infantil, bem como o reconhecimento do direito da criança à educação, desde a mais tenra idade, numa direção de complementação da educação da família, encontramos na matriz histórico-cultural elementos para prosseguir em uma reflexão que – longe de perceber a criança de forma fragmentada – conceba-a numa perspectiva de totalidade, ou seja, uma visão em que se articulem corpo e mente, o cognitivo e o afetivo, o individual e o social, o biológico e o cultural; um sujeito histórico e de direitos, que deve ser educado e cuidado em instituições de Educação Infantil. (OLIVEIRA, 2012, p.12)

Essa visão inteira da criança é que nos permite repensar o cuidado como parte da educação. Sendo o ser humano um ser relacional, é impossível separar os cuidados na dimensão biológica da dimensão afetiva, estas dimensões se entrelaçam, a forma como o sujeito é cuidado vai fazer toda a diferença.

A LDB, de 1996, representa um marco nessa discussão: confirma o que foi anunciado na Constituição de 1988, a Educação Infantil como direito da criança, dever do Estado e como parte integrante do sistema educacional, ampliando o conceito de Educação Básica e trazendo outras implicações para o trabalho pedagógico com as crianças pequenas, dispondo também sobre a formação daqueles que atuam junto a essa etapa da Educação Básica.

A sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, valorizando aos poucos a ida das crianças para a escola ainda tão novas. Numa via de mão dupla, a Educação Infantil passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança.

Evento 4:

Juliana (3 anos) precisa trocar o short, Aline, professora, oferece o short novo, mostrando que a etiqueta deve ficar para trás. Juliana pede:

- Tia, me ajuda...
- Não precisa, tente colocar.

Ainda com dificuldade e com algum auxílio, Juliana consegue vestir o short e sai feliz contando para todo mundo que vestiu o short sozinha.

Já vimos que, o educar e o cuidar são práticas que devem caminhar juntas nas ações pedagógicas. Os momentos dos cuidados não devem ser feitos de forma mecânica, mas sim aproveitando esses momentos para que as crianças também possam estar aprendendo algo, oferecendo não somente atenção, mas proporcionando a elas um desenvolvimento integral.

Os educadores Ana Isabel Ramos e Alberto Porto Alegre (2003), revelam como lidam com a indissociabilidade do cuidado e educação no trabalho que realizam com bebês que tem em torno de 14 meses de idade:

Quando começamos a trabalhar com bebês, já acreditávamos que tudo o que fazíamos com eles era importante; o cuidar e o educar estavam unidos pelas ações das crianças e dos educadores. Quando trocavam as fraldas, tocavam-se, choravam, brincavam com os pés. Quando se alimentavam, tocavam nos alimentos, juntavam pequenos grãos de arroz com os dedinhos em forma de pinça e observavam o movimento dos líquidos na mamadeira. Ao dormir, emitiam sons ou se aninhavam nos seus “cheirinhos”.

Saber que essas ações contêm em si mesmas aspectos do cuidado e da educação é tarefa fundamental dos formadores em educação, dos coordenadores pedagógicos, dos diretores. As escolas de formação de educadores infantis precisam começar a trabalhar com as questões pontuais dessa idéia: o cuidar e o educar são elementos de uma mesma vertente – com a qual compactuamos – de que o trabalho com bebês precisa ser encarado como ação efetiva de intervenção pedagógica impregnada de conhecimentos básicos que permitam ao educador estabelecer junto às crianças práticas educativas que colaborem com seu pleno desenvolvimento. (RAMOS; PORTO ALEGRE, 2003, p. 29 apud NONO, 2010, p. 133)

III – TEMPO DE BRINCAR**Evento 5:**

Um aluno do 1º ano do Ensino Fundamental, que já não tem mais a prática do brincar em sua rotina escolar, quando levado a uma brinquedoteca disse:
Gabriel (6 anos) - Que sala é essa? É o paraíso!!!

Esta é a realidade desse aluno do 1º ano do Ensino Fundamental, uma realidade onde não existe mais o tempo dedicado às brincadeiras. Através de sua fala, podemos perceber o quanto esse momento é importante e faz falta para ele. Será que nesta etapa do ensino já seria necessário retirar por completo da rotina das crianças o momento dedicado ao brincar? Tal

questionamento gera uma outra pesquisa, porém vejamos a seguir alguns pontos importantes sobre o assunto, sem sair do foco proposto neste trabalho.

Através das brincadeiras e dos movimentos, as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa, além do fato de que, é no ato de brincar que a criança expressa suas emoções ampliando sua comunicação.

A Educação Infantil, como vem sendo dito, é uma etapa muito importante, pois as crianças frequentam ambientes onde podem manusear brinquedos, objetos e relacionar-se com outras crianças, e com isso, podem aprender. O brincar é uma forma de comunicação muito importante, considerando que o lúdico ajuda na construção da aprendizagem, da reflexão, da criatividade e da autonomia.

De acordo com o RCNEI (1998), o brincar é considerado como uma das principais atividades para o desenvolvimento da autonomia e da identidade da criança, atuando como um quadro onde a criança se torna capaz de não só imitar como também de transformar o que é aprendido.

Dessa forma, o brincar é destinado como uma atividade que facilita a aprendizagem para a formação, o desenvolvimento e a socialização da criança. Para tanto, nessa possibilidade de atuação são desenvolvidas habilidades sociais, afetivas, físicas, cognitivas, emocionais, sociais e psicomotoras.

A importância do brincar vai além, através dele as crianças transmitem, sentem, expõe seus sentimentos, exploram, aprendem, constroem e pensam. Quando a criança brinca, ela observa, explora e analisa a sua realidade, a cultura a qual é apresentada e o meio onde vive. Segundo a RCNEI:

O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL/RCNEI, 1998, p.22)

A ludicidade é declarada como uma forma prazerosa e através disso, a criança compreende de forma intensa, total e única o mundo. Com isso, também constrói a sua personalidade, através do autoconhecimento.

De acordo com Kishimoto (2010), durante o brincar a criança concentra sua atenção na atividade e não nos seus efeitos e resultados, cria vínculos entre os traços do seu papel

assumido, suas aptidões e as relações que têm com os outros papéis, ou seja, através do lúdico a criança reconstrói os seus conhecimentos que já foram aprendidos.

O brincar é considerado como uma ação espontânea, natural e necessária. Para ele, é essencial que a criança tenha uma certa autonomia para definir seus colegas, os papéis durante a brincadeira e a história.

Através do desenvolvimento da criatividade, a criança cria o seu próprio mundo, realiza a amplitude de seus pensamentos e a interação com a sociedade. O brincar é visto como uma necessidade física e um direito para todos os indivíduos e também, é tido como uma experiência enriquecedora, complexa e humanizada. Segundo o RCNEI:

Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade sem ser ilusão ou mentira. Também se tornam autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata. (1998, p. 23)

Então, é notório que o brincar não é exclusivamente uma diversão, é também uma forma de construção, de educação, desenvolvimento de suas habilidades e da socialização.

A criança participa, também, de outros universos sociais, fora da escola, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira ou clube, ou seja, podendo ter as mais diversas vivências, das quais resultam um repertório de valores, crenças e conhecimentos. Assim, elas vão gradualmente, percebendo-se e percebendo os outros como diferentes, permitindo que possam criar seus próprios recursos, o que representa uma condição essencial para o desenvolvimento da autonomia, ou seja, tendo a capacidade de se conduzir e de tomar decisões por si próprias. Trazendo toda esta vivência para dentro da escola no simples ato de brincar, enriquecendo todo o ambiente.

A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. (BRASIL/RCNEI, 1998, p.27)

Portanto, a brincadeira é uma ação educativa para a infância e deve ser considerada na Educação Infantil como conteúdo pedagógico. Sem a participação do professor, ela não encontrará a sua total realização, o educador deve propiciar o brincar todos os dias, em formatos diferenciados e de forma livre ou dirigida, observando e participando.

O professor de Educação infantil precisa reconhecer o ato de brincar como um recurso pedagógico em sala de aula, mesmo que seja livre, com isso terá uma aula mais produtiva, prazerosa, terá a maior participação dos alunos, além de estar respeitando o direito deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentado não teve como objetivo trazer todo o panorama histórico da Educação Infantil, mas apenas um recorte para atingir o objetivo que era apresentar a Educação Infantil como uma conquista para as crianças. O grande questionamento foi: A formação do sujeito seria a mesma sem a Educação Infantil?

Tínhamos como hipótese que as primeiras experiências do sujeito, ainda na primeira infância, são as que marcam mais profundamente e, quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, de solidariedade e de responsabilidade.

Como estudamos neste artigo, as primeiras experiências que a criança tem são as mais marcantes, e se forem positivas, vão reforçar por toda sua vida atitudes que vão auxiliá-la em seu convívio em sociedade. Acreditamos que a hipótese foi confirmada e agora tem bases teóricas que podem explicar e defender a Educação Infantil, realmente como uma conquista para as crianças.

Este artigo teve por objetivo mostrar a relação entre Educação Infantil e formação do sujeito integral, onde a criança que passa por esta etapa da educação pode aprender, pensar, observar, analisar sua realidade, a sua cultura e o meio onde está inserida, e é através dessas ações que ela pode criar conceitos, formas, ideias e percepções que vão ajudá-la a se socializar cada vez mais por causa dessas interações.

Aqui também vimos que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, que nesta fase o brincar é muito importante para a criança, pois quando ela brinca, ela se desenvolve integralmente e passa a conhecer o mundo, além de ser a forma mais interessante que esta tem de se expressar consigo mesma e com as pessoas ao seu redor. Também tratamos a respeito do educar e o cuidar, que devem caminhar juntos, pois, nos momentos de cuidado, as crianças também aprendem lições valiosas que vão contribuir para seu desenvolvimento integral. Dessa forma, o binômio cuidar/educar e o brincar são considerados como conteúdo pedagógico da Educação Infantil sendo devidamente valorizados no cotidiano das crianças na escola, em vista de uma educação para a cidadania.

Como foi salientado no artigo, o sujeito integral está em construção durante toda a vida, porém a infância é a fase da vida que se estabelecem as bases do desenvolvimento humano, o que faz com que a Educação Infantil seja tão importante.

Com isso, acreditamos que os objetivos deste artigo foram alcançados, mostrando que cada etapa dessas apresentadas é importante na formação dessa criança, que poderá desde já ser considerada como sujeito social com direitos e deveres, construindo condições de exercer sua cidadania de forma plena em cada etapa da vida.

A Educação Infantil mostra-se essencial na formação do sujeito, pois é nessa fase da escolaridade que a criança adquire subsídios que conduzirão a sua vida escolar e por extensão a sua formação integral como cidadão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Educação infantil: prioridade imprescindível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. *Cadê o brincar ? Da educação infantil para o ensino fundamental*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 23 out. 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei n 39394/96 (Nova LDB). Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 16 fev.2016

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm Acesso em: 2 abr.2016

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.024, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 jan. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/storage/15/58728/1464800933/BsqCGhWxXx2vde58Wn3EDg/58728.pdf> Acesso em: 10 maio 2016.

FRANGELLA, Rita de Cassia Prazeres. *Educação Infantil e a Institucionalização da Infância: entre a autonomia e a regulação*. In: Revista Teias, publicação eletrônica – ProPed /UERJ, ISSN 1518-5370 [impresso] • 1982-0305 [eletrônico], v.10, n.20. Infância, territórios e temporalidades. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível em: www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/download/453/395 Acesso em: 20 maio 2016.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil*. 1992

KRAMER, Sonia. *As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796> Acesso em: 20 abr. 2016.

KRAMER, Sonia. *O papel social da Educação Infantil*. Revista Textos do Brasil. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1999. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016.

NONO, Maévi Anabel. *Educar e Cuidar nas Creches e Pré-escolas*. 2010. Acervo digital da UNESP. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/230> Acesso em: 10 maio 2016.

NUNES, Maria Fernanda Rezende (Org.); CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214418por.pdf> Acesso em: 2 abr. 2016.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. *Educar e Cuidar na Educação Infantil: Possibilidades de aprofundamento teórico*. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas, 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/3444b.pdf Acesso em: 14 mar. 2016.